

A INFLUÊNCIA DA TEORIA PÓS-CUSTODIAL DE TERRY COOK COMO PRENUNCIO DA SOCIALIZAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA, DO ARQUIVISTA E DOS ARQUIVOS

Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Amanda Marissa Soares da Silva

RESUMO: A socialização da informação na Arquivologia contemporânea assume uma mudança de paradigma em dois momentos: do custodial para o pós-custodial e se configura como pressuposto fundamental para solidificação social e teórica de uma construção do conhecimento Arquivístico. Nessa perspectiva, a Arquivologia oportuniza uma redimensão das suas abordagens pragmáticas, principalmente nos seus pressupostos normativos. Sendo assim, este artigo objetivou refletir a socialização da Arquivística a partir da Teoria pós-custodial dirimida por Terry Cook, partindo da hipótese de que os domínios entre a Arquivística custodial e Arquivística pós-custodial precisam ser mais problematizadas em prol do aprofundamento teórico e da aplicabilidade prática. Em termos metodológicos, a pesquisa fundou-se na abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, assumindo uma dimensão teórica e buscando compreender a função da Arquivística, do Arquivista e dos arquivos na sociedade. Desse modo, ressalta que a disseminação da informação é o resultado da implantação da gestão documental, cuja abordagem pós-custodial enfatiza a participação do profissional arquivista nos procedimentos de gerenciamento informacional e na presunção ativa da disseminação da informação. Entretanto, a concepção clássica da Arquivologia está interligada aos aparatos de custódia e dos atos normativos. Por conseguinte, conclui-se que as dificuldades de socializar as informações aos cidadãos é um meio para a utilização de novos aportes teóricos. Contudo, Terry Cook trouxe uma grande contribuição ao mencionar o caráter social dos arquivistas e sua relação em todo o processo da gestão de documentos atuando agora não como “guardião de papéis”, mas como partícipe produtivo no interior das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia custodial. Pós-custodial. Terry Cook. Socialização dos arquivos.

Luiz Eduardo Ferreira da Silva

luizeduardo.ufpb@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7757626842906197>

Professor assistente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando e Mestre pela Ciência da Informação pela UFPB. Graduado em Arquivologia (2011) e em História (2010) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Amanda Marissa Soares da Silva

amandamarissa1@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4042427933217413>

Graduanda do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Submetido em: 04/07/2016

Publicado em: 27/12/2016

1 INTRODUÇÃO

A socialização da Arquivística, do arquivista e dos arquivos advém da contribuição teórica do canadense Terry Cook em meados da década de 1990. Nesse aspecto, anteriormente as suas contribuições, a Arquivologia ainda estava alinhada ao “velho sintoma” do século passado “o registro” de influência histórica. Ora, na Arquivologia custodial a ênfase era a relação de serviço e uso dos documentos nos arquivos com a aplicabilidade de “gestão de documentos” no seu modo antigo.

Desse modo, com a inserção das novas tecnologias, em que os arquivistas estão cada vez mais entrelaçados pela necessidade de mercado e na intenção de tornar os arquivos mais dinâmicos, é fundamental compreender o papel social da Arquivologia, mormente para a sociedade. Em procedimentos metodológicos, a pesquisa fundou-se na abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, assumindo uma dimensão teórica.

A Arquivologia do final do século XIX e início do XX tinha uma relação direta com a tecnicidade, ou seja, utilizando o “como fazer” nos arquivos, a pragmática, que “atrofiou” o arquivista e os arquivos, principalmente na relação com os manuais e a custódia, dando assim, um caráter técnico (artífice).

Os estudos de Terry Cook se voltaram para o rompimento com essa ideia do século passado, ou seja, o afastamento do registro pelo registro, no entanto, o autor não nega a prática, mas a redefine através de um olhar pós-custodial com a influência da pós-modernidade, isto é, nessa teoria o arquivista e os arquivos não eram mais estanques, eles se movimentam, logo, o arquivista é um (partícipe) nos procedimentos de gestão documental.

Sendo assim, saindo da premissa de que os arquivistas são “guardiões de papéis” (artífice). A Arquivologia pós-custodial busca entender e criar uma relação de contexto comunicativo no seu caráter interdisciplinar com diferentes áreas, almejando assim, entender os produtores e usuários das informações nas instituições. Em suma, o modelo pós-custodial busca a inserção do profissional arquivista na sociedade como gerenciador da informação, desde sua produção até a sua destinação final de acordo com a aplicabilidade do programa de gestão de documentos.

Com efeito, falar em socialização dentro dos arquivos no século XX requer buscar na historiografia as dificuldades que foram impostas na acessibilidade aos arquivos brasileiros, pois se resultou na censura de informações pela arbitrariedade recorrente de um “como fazer”, que limitou o avanço teórico.

A Arquivologia enquanto campo teórico e metodológico é recente, no entanto, são imprescindíveis as indagações e discussões na sua fronteira. Por seu turno, a pesquisa visa indagar sobre a influência nos arquivos da teoria pós-custodial do canadense Terry Cook, com isso busca entender essa socialização sugerida por ele no âmbito dos arquivos.

Dessa forma, este artigo discute a relação entre a Arquivologia custodial e Arquivologia pós-custodial saindo da premissa dos aparatos de custódia documental e discutindo a função dos arquivos nessa sociedade denominada de informacional.

Com isso, busca refletir a teorização de diferentes abordagens da Arquivística, acerca dos principais aspectos de gestão de documentos, e a sua relação para com o caráter social do arquivista, sobretudo na eficácia ao acesso aos documentos, saindo agora dos atos normativos, como a técnica pela técnica.

Por conseguinte, no universo dos arquivos, os arquivistas devem ser partícipes de todo o processo da gestão documental, cuja abordagem pós-custodial enfatiza a efetiva participação do arquivista no procedimento de gestão, devemos ser “construtores” nos arquivos e não “moldura envelhecida pelo tempo entre estantes empoeiradas”.

A socialização da Arquivística, do arquivista e dos arquivos, acontece quando saímos da inércia e nos movimentamos, ou seja, acompanhando toda evolução histórica, nesse caso específico temos a implantação da tecnologia, na qual colocou o arquivista como produtor de todo o processo de gestão, beneficiando assim a socialização da Arquivologia.

2 A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

O arquivo como apontado na teoria Arquivística é o lugar da custódia de documentos, logo, esse gera saber e dissemina informações para diferentes tipos de usuários. Sendo assim, o arquivo de acordo com a legislação brasileira estabelece no seu Art. 2º:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991, p. 01).

A função de disseminar e dar acessos às informações no Brasil, atualmente está institucionalizada com o advento da regulamentação da Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). Portanto, a

socialização da informação no arquivo é de responsabilidade não apenas do arquivista como mediador e gestor das informações, mas comumente com a sociedade e em prol da mesma.

Sendo assim, trazer esse aspecto da socialização dos arquivos, sobretudo apontando seu aspecto social, sua relevância para todos que estão na sociedade. Logo, o arquivo é o lugar que pulsa à informação, é um espaço não apenas de guarda, mas é antes de tudo um lugar de assimilar as diferentes características dos grupos sociais, destarte, os arquivos têm por finalidade, “a função dos arquivos estaria na perspectiva das possíveis reutilizações da informação gerada e estruturada por processo de trabalho” (SILVA, 2010, p. 6).

Com efeito, na perspectiva da Arquivística pós-moderna ou pós-custodial a informação e os arquivos têm outras características, uma vez que muda o seu caráter intrínseco, pois nessa nova visão informacional os arquivos, parecem com novos aportes teóricos, principalmente com tecnologia no início dos anos de 1990.

Destarte, o arquivo trabalha e visa entender a estrutura organizacional da instituição, e busca compreender o contexto informacional, todavia, agora com o advento da tecnologia os arquivos e os documentos de arquivos ganham outras propriedades, ou seja, se planam para além do registro.

Desta forma, entender a socialização da informação nos arquivos é fazer alguns questionamentos, principalmente de “verdades antigas” ou universais sobre o uso do “como fazer” nos arquivos. De todo modo, essas desconstruções nos remetem a revisões terminológicas na mudança de paradigmas, vivencialmente no final do século XX e início do século XXI com a inserção da visibilidade dos arquivos e o seu caráter social.

Partindo da premissa de que os arquivos não servem somente de “guarda passiva de documentos”, inferimos que com a influência do Terry Cook começou no modelo brasileiro uma tentativa de reformulação e rompimento com os velhos modelos, como os das prescrições do século XIX com os manuais.

A definição de informação Arquivística é recente e está ainda em formação no campo da Arquivologia, o que se referencia nos arquivos é valor documental junto com a informação. Portanto, o documento necessita de um suporte ou materialidade.

Os arquivos como um fator de relevância para a sociedade devem ser socializados, mormente com a influência da Ciência da Informação, haja vista, que a informação não se separa do

registro (documento), pois a informação se estabelece em uma estrutura.

Nesse sentido, o processo de informação e simultaneamente o conhecimento advém de forma dinâmica em um discurso falado. Mas, na medida em que se passa a ser registrado ele é passível de organização. É nesta organização que se adentra a Arquivologia com as suas aplicabilidades práticas e teóricas na disseminação das informações para a sociedade.

Desse modo, o documento necessita registrar a informação em um suporte, ou seja, garantir a institucionalização da informação no suporte, mas isso nos remete a tais indagações, haja vista, que quando se trabalha com teorias temos uma perspectiva analítica e menos conceitual que é o saber das coisas sem um viés histórico.

Suzanne Briet (1951) considera que a informação é vista como uma prova para se sustentar um fato, logo, a informação produzida na instituição mostra sua atividade principalmente na relação com os usuários. Dessa maneira, se evidencia o uso da documentação para sustentar ou institucionalizar a informação em um registro. Por entender que o documento passa por um “filtro” institucional, na qual garante os seus direitos.

A socialização da informação dos arquivos é algo primordial para a construção de um saber, os arquivos possuem a informação no seu valor primário e advento da unicidade. Assim, podemos relacionar o significado de socializar com o de disseminar, isto é, socializando a informação nos arquivos evidenciamos a importância social da Arquivologia, logo, é imprescindível mostrarmos o arquivo como um espaço de socialização, no qual interiorizamos a documentação para difundirmos de forma dinâmica para a sociedade, principalmente pelo poder que as informações nos arquivos possuem.

O poder da informação não reside em si mesmo ele se potencializa com a circulação e uso da informação, mediante estruturas e canais que envolvem o uso de capacidades adequadas à criação de sua significação para gerar conhecimento (NHARRELUGA, 2006, p.42).

Por conseguinte, socializar a informação nos arquivos, é negar o esquecimento, denunciar o descaso e mostrar a relevância desses para a sociedade. É nos arquivos que se movimenta a aproximação com o tempo, no entanto, não o tempo da história, mas o tempo da sociedade. Contudo, socializar a informação nos arquivos com a influência da teoria pós-custodial de Terry Cook, é ecoar e dar visibilidade a esses lugares. O arquivo deve ser pensando como um ambiente que torna o indivíduo mais

socializado, sobretudo na busca por direitos exalados no acesso à informação.

A socialização dos arquivos é concentrada na nova função do arquivista e na sua relação com os usuários. Terry Cook (2012) considera o arquivista como um mediador ativo na formação da memória coletiva através dos arquivos. E dispõe-se que a mudança de paradigma na Arquivologia está ocorrendo de fato, em que temos a inserção de uma sociedade informacional,

entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p.61).

Destarte, Terry Cook (1994) em seu artigo *Electronicrecords, paperminds: therevolution in information management andarchives in the post-custodialand post-modernist era*, vem para discutir a ideia do pós-custodial ou pós-moderno na Arquivologia. No entanto, Cook não foi pioneiro e sim precursor, pois anteriormente a ele, tiveram arquivistas e teóricos canadenses que fizeram essas discussões e pontuando-as. Contudo, Terry Cook traz o pós-modernismo para a “ciência arquivística”, ou melhor, a Arquivologia nessa nova perspectiva ao acesso informacional e a função de socialização do arquivo.

A socialização da informação nos arquivos faz valor ao uso que devemos dar a este, e evidenciar o grau de disseminação de saberes contido nos documentos. É nesse processo que demanda a interação do arquivista participe e proativa a função de socializar a informação. Sendo a informação arquivística aquela fundamental em qualquer organização e indispensáveis.

3 ARQUIVOLOGIA CUSTODIAL X ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL

A Arquivologia custodial se utilizou fortemente em até meados de 1980, e se fundamenta principalmente com os teóricos Hilary Jenkinson e Theodore R. Schellenberg (ZAMMATARO, 2013), eles apresentavam a Arquivologia como uma técnica aplicável aos arquivos em que caberia aos arquivistas (artífice) somente o “como fazer” na aplicabilidade das normas arquivísticas, isto é, esse era apenas um “guardião” de documentos. Desse modo, a Arquivologia clássica se utilizava o saber-fazer nos arquivos (SCHMIDT, 2012).

Os arquivos surgem de acordo com alguns teóricos já nas civilizações pré-clássicas, em que se existia a função do registro pelo registro para fins de caráter probatório. Os arquivos sofrem influência então com o surgimento da escrita em que o homem necessitava registrar suas ações ou decisões. Segundo Silva (2013, p. 35), “os arquivos na Antiguidade exerciam funções bem determinadas”. Contudo, já se existiam as práticas organizacionais nos documentos desde as civilizações mais remotas.

Sendo assim, a Arquivologia custodial usa do princípio e atividades das técnicas nos arquivos. O mesmo permeia somente na guarda dos documentos e na utilização de manuais arquivísticos. No qual, visa a custódia da documentação, não havendo assim a intervenção do arquivista na produção do documento.

Vale ressaltar, que a Arquivologia é advinda da Administração e desse modo se referenciando ao custodial traz consigo a importância de preservação da memória, então a Arquivologia sofreu a influência de que era auxiliar da História (paradigma patrimonialista).

Os arquivos tiveram a intervenção da Revolução Francesa (1789) com criação dos arquivos nacionais em meados do século XVIII, na qual detinham a função de centralização dos arquivos. Então, a Arquivologia custodial se fundamenta em suas teorias específicas em meados do século XIX, com a introdução do princípio da proveniência/procedência e de respeito ao fundo. Segundo Silva (2013, p. 41) “essas sistematizações da proveniência e de seus fundos foram sendo apontadas como pilares epistemológicos no cotidiano das práticas arquivísticas”. Desse modo, o princípio da proveniência considera que:

O princípio consiste em deixar agrupados, sem misturar com outros, os arquivos, provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral. O conteúdo de uma circular que promulga que daí em diante os documentos que provenham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo deverão ser agrupados e não misturados com aqueles que apenas dizem respeito a um corpo de ou uma família (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52).

O princípio da proveniência ou respeito a origem se estabelece através da Administração, vale ressaltar que a não foi pensado para benefícios arquivísticos e sim em uma utilidade prática da técnica ao arquivamento. Cria-se o princípio da proveniência para estruturar e organizar os documentos de teor orgânico e respeito ao fundo de cada organismo.

Nesse sentido, a proveniência é o modo de classificação documental que ocorre no interior dos arquivos, ou seja, através de uma gestão documental que consiste

na obediência direta aos fundos e as entidades produtoras que geram a documentação (SILVA, 2013, p. 45).

Desse modo, princípio da proveniência se estabelece por um meio instrumentalista na técnica nos arquivos (SILVA, 2013). O mesmo se institucionaliza em 1841, com o historiador francês Natalis de Wailly. Já em 1898 os holandeses trazem para a Arquivologia, o princípio da ordem interna ou original, dando sequência a uma epistemologia própria e específica para o campo arquivístico. Eles buscam a organicidade dentro dos fundos, pois esta se estabelece na unicidade e naturalidade que cada documento possui ao longo das suas funções e atividades reproduzidas em seu órgão produtor ou interior. Isto resulta em um marco para a Arquivologia e comprova a importância dos arquivos para a sociedade.

No plano do valor classificatório a aplicação desses princípios praticará uma ação de gestão documental, na qual o arquivista terá que respeitar a procedência dos documentos, nessa intervenção é que aparece a atividade funcional administrativa, pelo tratamento de todos os documentos e suas variadas proveniências (SILVA, 2013, p. 50).

A Arquivologia custodial se fortalece e prolonga nessas bases teóricas, advinda desses princípios. Diante disso, surgem os manuais arquivísticos criados para padronizar os arquivos no uso do “como fazer”, a saber, temos os clássicos como manual dos holandeses S. Muller, J.A Feith e R. Fruin - manual de arranjo e descrição de arquivos (tradução) criado em 1989 “Manual dos Holandeses, como marco referencial que situa o surgimento institucional da Arquivologia enquanto área de *saber* é compartilhada por grande parte de sua comunidade científica” (SCHMIDT, 2012, p. 12.) e o manual de administração de arquivos (tradução) pelo inglês Hilary Jenkinson em 1922, este se referencia no “[...] valor de prova do documento de arquivo, da imparcialidade em sua criação e a ideia da *Custódia Oficial e Contínua* para garantir autenticidade ao documento de arquivo” (SCHMIDT, 2012, p. 122).

No entanto, foram criados vários outros manuais deixando a Arquivologia com variadas terminações e definições sobre o que é o arquivo, e quais as fundamentações teóricas deveríamos aplicar nesse espaço. Desse modo, o caminho para proveniência é encontrado quando os arquivos estão estabelecidos de acordo com o seu contexto de origem.

O teórico Theodore R. Schellenberg em sua obra “Arquivos Modernos” sistematiza metodologicamente o “como fazer” nos arquivos e universaliza essa pragmática custodial na gestão de documentos ou *records management*, sobretudo, com a teoria do ciclo de vida justa posto na gestão de documentos e na utilização dos manuais. Schellenberg não visa à socialização da

informação quando ele enfatiza que o arquivista é um mero “guardião de papel”, cabendo a este somente o processo de avaliação da documentação dentro da gestão. Contudo, a gestão de documentos consiste, a saber, no “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991, p. 01).

Por conseguinte, o custodial diz que o papel do arquivista se estabelece na aplicabilidade de normas e manuais arquivístico, desta maneira o profissional não se faz presente no processo de criação do documento e não tem uma “autonomia” própria na instituição como um partícipe de todo um processo, desse modo que esta pragmática se estabelece em um cunho patrimonialista e historicista. Assim, não sendo agregada a relevância do valor informacional que possuem as documentações de arquivo.

A mudança de paradigma para a Arquivologia pós-custodial é uma nova abordagem da relação entre os arquivistas e as instituições que custodiam documentos, haja vista, que nenhum órgão é incipiente de produção e acúmulo de documento, pois se estabelece em um processo natural e mútuo, “então, essa mudança de paradigma também mudaria o rumo e intencionalidade da Arquivologia, que na fase custodial seria o documento em si, no entanto, agora é a informação arquivística” (SILVA, 2013, p. 37).

O pós-custodial de Terry Cook vem para mostrar e estabelecer o valor que informação arquivística possui em seus novos rumos de conhecimento ao acesso, a uma fonte primária de informação contida nos arquivos em um contexto sociocultural e periférico, pois isso se resulta em uma transparência e memória coletiva informacional.

A mudança de paradigma do custodial para o pós-custodial vem para evidenciar o acesso à informação, e agregar ao arquivista a função não somente de gestor de documentos, mas também de gestor da informação. Sendo, este um membro que sai dos aparatos de custódias e dos pressupostos ao utilizar somente os atos normativos (técnicas).

4 A ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL DE TERRY COOK E A NOVA FUNÇÃO DA ARQUIVÍSTICA, DO ARQUIVISTA E DOS ARQUIVOS

A Arquivologia por um longo período estava atrelada ao registro, ou seja, a custódia pela custódia. Dessa forma, uma das dificuldades da área era encontrar métodos ou objetivos comuns. Nesse sentido, alguns fatores históricos contribuíram para que o arquivista do final do século XIX e início do XX se

relacionassem apenas com essa forma do como-fazer.No entanto, acreditamos que a Arquivologia vai, além disso.

Com efeito, é imprescindível pensar a Arquivística, os arquivistas e os arquivos além desse domínio de uma tecnicidade, no entanto, aqui não queremos negar a ideologia da técnica no entremeio arquivístico, mas aprofundamos que essa socialização é mais eficiente quando o arquivista inferir a denominação de produtor, isto é, um ator desses procedimentos de gestão.

Por que deveria a Arquivologia se interessar pela discussão dessa socialização? O que está em jogo nesse debate? Diante disso, não buscamos apenas repostas, mas a razão desse artigo foi contextualizar a existência de um aspecto social da Arquivística, do arquivista e arquivos, uma vez que se torna extremamente importante estratificar esse aspecto da área e beneficiar a sociedade.

Por seu turno, o termo “pós-custodial” foi difundido por Terry Cook como ênfase, então, o autor pretendeu trazer a Arquivística para uma nova abordagem nos seus aparatos, isto é, era necessário inundar a área por uma dinamicidade e assim, fugir da insistência de uma guarda-passiva eterna. Então, essa noção do pós-custodial se refere aos novos fluxos, circulações, novas alianças e a quebra do tradicionalismo, que foram estabelecidos nos velhos modelos como vimos anteriormente, uma vez que esta se remete a uma custódia fixa determinada pelo registro.

Sendo assim, a pós-custodialidade não é redutível unicamente para o registro, ao contrário, ela é edificada pela heterogeneidade um dos pontos levantados por Terry Cook para pensar e aprofundar essa socialização da Arquivologia, ou seja, os arquivos não são homogêneos, a guarda pela guarda não pode ser regra, assim, com a influência da tecnologia a Arquivística, o arquivista e os arquivos se conectariam com o social.

Por um lado, o pós-custodial deve ser diferenciado do custodial, uma vez que este é demasiado pela tecnicidade e exclui qualquer componente de socialização. Assim, a socialização com inferência da pós-custodialidade é simultaneamente o novo, o dinâmico, cuja atividade consiste em fazer novas alianças e tentar de alguma forma sair da “passividade”.

A rigor, ao falarmos de uma socialização no meio arquivístico buscamos um plano de conexões heterogêneas a partir do qual emergem igualmente uma nova perspectiva para a Arquivologia. Retomando o sentido do pós-custodial podemos dizer que ele se caracteriza por estabelecer um novo plano de tensões, em que a síntese da Arquivologia não é um resultado de

“guarda passiva”, mas se configura por um processo de construção social que será efetivado por uma ação mais enfática do arquivista como um partícipe de todo contexto de gestão documental.

Em última instância, os pós-modernistas têm uma profunda ambivalência sobre documento ou registro. Enquanto existe dúvida sobre a veracidade da história, ao ver arquivos como meros vestígios do que agora são universos de documentos e atividade faltantes ou destruídos, ao ver os próprios documentos como espelhos que distorcem fatos e realidades passadas em favor do propósito narrativo do autor/audiência, os pós-modernistas frequentemente recorrem, paradoxalmente, à história e análises históricas (COOK, 2012, p. 08).

Assim, podemos notar que o arquivista deverá esmiuçar novos vestígios, diferentemente de um enfoque custodial, que enfatiza a existência da “passividade”, agora, embutido de organicidade e funcionalidade, o arquivista irá manter o registro como um fator essencial para área, mas nunca imparcialmente e determinante.

Destarte, ainda na perspectiva de Terry Cook o pós-custodial é assimétrico, pois lança todo esse peso da custodial para o social. Dessa forma, é assimétrico porque devemos manter clarificada essa socialização no campo arquivístico. Definir esse caráter social é mostrar suas hibridações, redimensionar a noção de registro, isto é, ao regressar do paraíso da custódia pela custódia, poderemos inferir esse lado social da Arquivologia, ou seja, é necessário buscar outros interesses “presta à proliferação e à associação com outros interesses disparates” (STENGERS, 1993, p. 109).

Na construção dessa socialização, o arquivista deverá entender toda a rede da Arquivística, lembremos que desta faz parte, as instituições, os sujeitos e a própria sociedade. Com o caráter pós-custodial Cook aponta para o modo social da Arquivologia. Enquanto na definição custodial essa socialização não é percebida.

Por implicação, o pós-modernismo questiona certas afirmações centrais da profissão: a de que arquivistas são, nas palavras de Jenkinson, guardiões neutros e imparciais da "Verdade"; de que os arquivos, como documentos, são subprodutos desinteressados ou inocentes de ações e administrações; que proveniência está enraizada na entidade ou local de origem em vez de no processo e discurso de criação; de que a "ordem" e linguagem imposta aos registros, através da organização de arquivos e descrição, são livres de recriações de uma realidade anterior; de que nossa orientação fixa, física, focada na estrutura, não requer mudança quando nos confrontamos com um mundo

pós-moderno desestabilizado, virtual, descentrado. A menos que a ciência arquivística possa se adaptar a essas realidades pós-modernas, a menos que possa focar na teoria social e contextualidade histórica, sua relevância para a profissão será cada vez mais vaga (COOK, 2012, p. 16, grifo nosso).

Com efeito, entender a Arquivística com o aspecto de socialização é mostrar sua relação com as novas realidades da contemporaneidade, a exemplo do avanço das tecnologias. Parece-nos possível afirmar que a Arquivística entendida com os moldes da socialização opera um duplo deslocamento: por um lado, se afasta do registro pelo registro, por outro lado o arquivista irá se impor no processo de gestão, ele também, como um produto de socialização flutuará na multiplicidade do tramite documental no interior das instituições.

Por seu turno, o deslocamento como definido pelo pensamento de Terry Cook, desemboca em um novo olhar para a Arquivística, o seu hibridismo social, derivada da nova função do arquivista, o ser (partícipe). Assim, o arquivista manterá um “contrato social” reconhecendo sua relevância para a sociedade. Então, a Arquivística, o arquivista e os arquivos são na verdade heterogêneses sociais, sobretudo, na construção de uma socialização que se mobiliza longe da “passividade regrada”, para beneficiar assim o campo social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento arquivístico neste século deve considerar-se como algo em constante evolução, algo que se transforma continuamente para adaptar-se às transformações radicais que se vão produzindo na natureza dos documentos, nos organismos que os produzem, nos sistemas de gestão e tratamento de arquivos, na utilização dos arquivos e nas tendências culturais, jurídicas, tecnológicas, sociais, filosóficas e da sociedade (COOK, 1996, p. 6, tradução nossa).

Contextualizando a historiografia entre o clássico e o pós-custodial, devemos destacar que um complementa o outro, pois a Arquivologia provém dessas teorias na prática. Vale ressaltar que a importância da socialização da informação nos arquivos é advinda da institucionalização da Ciência da Informação em meados de 1950.

Com a inserção do uso das novas tecnologias a partir de 1980 com a influência da cibernética e as novas tecnologias de informação, a Arquivologia enquanto campo teórico-metodológico e empírico se depara com o impacto das mesmas, ao perceber que estamos adentrando em uma sociedade da informação, surge a necessidade de repensarmos nas práticas arquivísticas no proporcionar acesso eficiente e eficaz à informação.

Os antigos manuais foram às bases para a fundamentação teórica na Arquivologia, sobretudo, no valor que se empregava ao arquivo a parti do século XVIII. Contudo, os manuais deixavam os arquivistas e os arquivos presos ao registro documental, sendo nomeado ao papel do arquivista o papel de “guardião” do documento, porque este só doutrinava na prática do “como fazer”. Então, Terry Cook vem para repensar essas práticas com a teoria do pós-custodial, dizendo que os arquivistas devem se inserir na utilização de novos aparatos tecnológicos, sendo o arquivista agora mais dinâmico, devendo este escapar do registro pelo registro da documentação em si. Logo, saímos da análise da documentação e partimos para a informação arquivística. O arquivista com o advento da socialização busca ser mais atuante na sociedade, desse modo em que está inerente a pós-modernidade na construção da ciência.

Terry Cook lança a Arquivologia no pós-moderno, dizendo que o arquivista não pode estar vinculado somente a um conjunto de técnicas. Por conseguinte, ele nos diz da nova mudança de paradigma da Arquivística custodial para a pós-custodial, mostrando a atuação do arquivista enquanto gestor da informação.

A influência da teoria pós-custodial é de grande valia para a socialização dos arquivos. A Arquivologia se depara agora com a demanda de usuários e a utilização de diferentes tipos de suporte, haja vista que o arquivista não trabalha somente com suporte de papel e na conjuntura do documento digitais. Essas mudanças advêm da evolução da ciência nas quais criam novas relações sociais, culturais de um modo geral antropológica, e na busca/utilização de informações que gerem novos saberes. E nesse dilema, do qual saímos do moderno para o pós-moderno, Terry Cook configurou o reformismo nos novos modelos teóricos da Arquivística, por exemplo, temos os clássicos manuais arquivísticos e a diminuição de fronteiras entre os usuários.

Desse modo, nesse novo século os arquivistas não devem trabalhar somente com os aspectos teóricos e práticos, mas também na função que este tem na sociedade; a função de mediador da informação e na construção para novos saberes. Contudo, os arquivos se constituem de memórias da sociedade, sendo esta passível de acesso e garantia da constituição ao ser social.

Os arquivos brasileiros ainda não estão inseridos nessa mudança de paradigma, pois estes são tão precários que muitas vezes ainda são denominados de “arquivo morto”, todavia esta denominação pode até ter um fundo de veracidade, pois um arquivo ou depósitos que se encontra com esta denominação, não se valida de informação Arquivística. Essas condições são

arrecadas aos arquivos, simplesmente pelo fato de que o seu gestor não ter o valor de socialização da informação ou tem o medo da transparência adquirida pela prática da gestão de documentos resultando assim na disseminação da informação. A falta de investimentos aos arquivos acarreta o caos documental e na falta do caráter social que cada informação registrada possui.

A teoria do pós-custodial dirimida por Terry Cook trás essa análise social na construção de um intelecto arquivístico. O arquivista, portanto, deve servir a sociedade. Já que a informação arquivística sempre servirá a alguém. Por fim, enfatizamos que o pós-custodial de vem com uma nova abordagem ao trazer a socialização da Arquivística, do arquivista e dos arquivos, contribuindo assim de forma atenuada para o embasamento teórico da Arquivologia.

THE INFLUENCE OF THEORY POST-CUSTODIAL OF TERRY COOK AS HARBINGER THE SOCIALIZATION OF ARCHIVAL SCIENCE, ARCHIVIST AND ARCHIVES

ABSTRACT: The socialization of information on contemporary archival science assumes a paradigm shift in two moments: the custodial for post-custodial and is configured as a prerequisite for social and theoretical setting of a construction of archival knowledge. In this perspective, an archival science a re-dimension their pragmatic approaches, especially in their normative assumptions. Therefore, this article aimed to reflect the socialization of archival science from the post-custodial theory broadcast by Terry Cook, starting from the hypothesis that the areas between the traditional archival science and archival science post-custodial need to be raised in favour of deepening theoretical and practical applicability. In methodological terms, the research was founded on a qualitative approach, the bibliographic type, assuming a theoretical dimension and seeking to understand the function of archival science, archivist and archives in society. Thus, points out that the dissemination of information is the result of the implementation of document management, whose post-custodial approach emphasizes participation of the professional archivist informational management procedures and on presumption of dissemination of information. However, the classical conception of archival science is connected to the apparatus of custody and of normative acts. Therefore, it is concluded that the difficulties of socializing information to citizens is a means to the use of new theoretical. However, Terry Cook brought a great

contribution by mentioning the social character of archivists and their relationship in the whole process of document management acting now not as "guardian of papers", but how productive participant within the institutions.

KEYWORDS: Custodial archival science. Post-Custodial. Terry Cook. Socialization of the archives.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1960.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 8.159/ 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. **Lei nº 12.527/2011**. Lei de acesso à informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23 maio 2015.
BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation**. Paris: EDIT, 1951.

COOK, Terry. **Arquivologia e pós-modernismo**: novas reformulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

_____. Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandés en 1898. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 13, 1996, Beijing. **Actes...**, 1996.

GIACOIA, Oswaldo Junior. **Nietzsche**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

NHARRELUGA, Rafael Simone. **O governo eletrônico em Moçambique**: uma reflexão sobre políticas públicas de informação, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ROUSSEAU, J. Y; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHMIDT, C. M. dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações, 2012. 320 f. (Tese de Doutorado em Escola de Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SILVA, E. Pires da. O conceito de informação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2010.

SILVA, L. E. Ferreira da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência**: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade, 2013. 138 f. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

STENGERS, I. **L'invention des sciences modernes**. Paris: La Découverte, 1993.

ZAMMATARO, A. F. D. Concepção de arquivo no contexto pós-moderno: uma revisão das correntes teóricas da Arquivologia clássica e da arquivologia pós-custodial. In: SECIN, 5., 2013. **Anais...**, 2013.